



ESTADOS UNIDOS DO BRASIL

DIÁRIO DO CONGRESSO NACIONAL

SEÇÃO II

ANO XXI — Nº 60

CAPITAL FEDERAL

TERÇA-FEIRA, 31 DE MAIO DE 1966

CONGRESSO NACIONAL

PRESIDENCIA

DESIGNAÇÃO DE SESSÃO CONJUNTA PARA APRECIÇÃO DE VETOS PRESIDENCIAIS

Dias 7 e 8 de junho:

— veto (parcial) ao Projeto de Lei nº 11-65 (C.N.) que dispõe sobre a produção açucareira, a receita do Instituto do Açúcar e do Alcool e sua aplicação e da outras providências.

O Presidente do Senado Federal, nos termos do art. 70, § 3º, da Constituição e do art. 1º, n. IV, do Regimento Comum, designa a sessão conjunta a realizar-se no dia 14 de junho próximo, às 21,30 horas, no Plenário

da Câmara dos Deputados, para a apreciação, sem prejuízo da matéria para ela já programada, do seguinte veto presidencial:

— Projeto de Lei da Câmara nº 307, de 1965 (nº 2.766-B/65 na Câmara) que dispõe sobre irradiações em idioma estrangeiro.

Senado Federal, em 25 de maio de 1966

AURO MOURA ANDRADE

Presidente do Congresso Nacional

ATA DA 64ª SESSÃO,
EM 30 DE MAIO DE 1966

4ª Sessão Legislativa,
da 5ª Legislatura

PRESIDENCIA DOS SRS. CATTETE
PINHEIRO E GUIDO MONDIN

As 14 horas e 30 minutos
acham-se presentes os Srs. Sena-
dores:

Adalberto Sena
Cattete Pinheiro
Lobão da Silveira
Ermirio de Moraes
Silvestre Péricles
Jefferson de Aguiar
Aurélio Vianna
José Feliciano
Bezerra Neto
Atílio Fontana
Guido Mondin — 11.

O SR. PRESIDENTE:

(Cattete Pinheiro) — A lista de presença acusa o comparecimento de 11 Srs. Senadores. Havendo número legal, declaro aberta a sessão. Vai ser lida a ata.

O Sr. 2º-Secretário procede à leitura da ata da sessão anterior, que é aprovada sem debates.
O Sr. 1º-Secretário lê o seguinte

EXPEDIENTE

OFÍCIO

— Do Sr. Secretário-Geral ao Parlamento Latino-Americano, como segue:

Lima, 30 de Março de 1966.
Senhor Senador
Auro Soares de Moura Andrade
Presidente de la Câmara de Senadores.
Brasília, Brasil.
Señor Presidente:
Habiendo tomado conocimiento de que en la importante ciudad de Pre-

SENADO FEDERAL

RESPOSTAS A PEDIDOS DE INFORMAÇÕES

I — Do Ministro Extraordinário para Assuntos do Gabinete Civil:

Of. 201-SAP-66, de 20 do mês em curso, com referência ao Requerimento nº 92-66, do Sr. Senador Cattete Pinheiro;

II — Do Ministro da Fazenda (Avisos de 24 do corrente):

Nº GB, 196, com referência aos Requerimentos números 740-65 e 5-66, do Sr. Senador José Ermirio;

Nº GB-197, com referência ao Requerimento nº 139-66, do Sr. Senador José Ermirio;

Nº GB-198, com referência ao Requerimento nº 106-66, do Sr. Senador José Ermirio.

TELEGRAMA

— Do Sr. Prefeito de Teófilo Otoni e outros, nos seguintes termos:

Presidente do Senado
Brasília — DF.

De Teófilo Otoni — MG. — 2.944
— 188 — 14.5.1966 — 17

Paralisação brusca antiga estrada Bahia-Minas, hoje quinta divisão Centro-oeste, constitui séria ameaça regional notadamente setor alimentação vários municípios servidos apenas aquela via comunicação estão sujeitos colapso total abastecimento. Apelamos espírito humanitário Vossência sentido restabelecimento tráfego até conclusão estrada pavimentada conforme dispositivo lei sobre extinção ramais deficitários. Saudações. Curva — Deputado Federal — Luiz Porto Salzman — Prefeito do Município Teófilo Otoni — Racioldino Antônio André — Presidente da Associação Comercial — Pe. Frei Alexandre de Mondelon — Diretor: Gi-

trópolis, han tenido lugar torrenciales lluvias, que han originado numerosas y lamentables muertes, así como graves daños materiales, me dirijo a Ud. para expresarle el pesar solidario del Parlamento Latinoamericano, por tan deplorable suceso, del que seguramente habrá de reponerse el noble pueblo brasileiro, gracias a su vigoroso espíritu y gracias también a la importante ayuda que seguramente ha de prestarle la Cámara de su muy digna Presidencia.

Con este infausto motivo y agregando mi personal sentimiento, reitero a Ud. las expresiones de mi mas alta consideración y amistad.

Muy atentamente, (a) Andres Townsend Ezcurra, Secretario General del Parlamento Latinoamericano

Parlamento Latino Americano
Secretaria General.

TELEGRAMA

— Do Presidente da Câmara dos Deputados do Chile, nos seguintes termos:

Excmo. Señor Presidente del Senado de los Estados Unidos del Brasil — Brasília.

De Santiago do Chile — 047 — 41
— 25 — 22. — 25-4-1966.

Câmara Diputados Chile acordo solicitar esa corporacion intervenga objeto movilizar representantes populares en decidida campanha contra pretension gobierno Francia de realizar experiencia nuclear oceano Pacifico sur punto Afectuosamente

Eugenio Ballesteros, Presidente — Eduardo Canas, Secretario

nário São José — Oliveira — Presidente Câmara — Oswaldo Gonçalves dos Reis — Presidente Centro Espiritista Allan Kardec — Leonidio José Costa — Presidente União Operária Beneficente Eduardo Carvalho — Chefe Setor DNE — Rurais — Manoel Otaviano — Cel. DEL ESP. POLÍCIA — José Neves — Gerente Habitação — Curo Bandeira Melo — Presidente do Lions Club Teófilo Otoni — Archibaldo David Scofield — Presidente SOS — Ayl Barata Godinho — Presidente Sindicato Comércio — Plínio Soriano Freire — Eng. Acop Salvador — R. de Oliveira — Presidente Rotary Clube — José Alfredo da Silva Ferreira — Chefe da Unidade Sanitária — Quirino A. Aschmit — Bispo Diocesano — Barbosa — Vice-Prefeito.

OFÍCIO

Do Sr. Capitão-de-Corveta Carlos Horácio dos Santos, como segue:
Brasília, DF.

Em 12 de maio de 1966

Exmº Sr.

Senador Moura Andrade
Senado Federal

Nesta

Saudações

Tenho a honra de participar a V. Exª que assumi, por designação do Excelentíssimo Senhor Ministro da Marinha, o cargo de Assessor Parlamentar junto ao Congresso Nacional. Na oportunidade, quero comunicar a V. Exª que estarei ao seu inteiro dispor para assuntos de interesse comum entre o Senado e o Ministério da Marinha, no 13º andar do Anexo da Câmara dos Deputados. Abroveito o ensejo para apresentar a V. Exª os meus protestos de mais alta estima e consideração. (a) Carlos Horácio dos Santos Capitão-de-Corveta, Assessor Parlamentar.

PARECERES

Parecer nº 540, de 1966

Da Comissão de Agricultura sobre o Projeto de Lei nº 35, de 1966 (nº 3.101-B-61 na Casa de origem) que autoriza o Poder Executivo a doar ao IPASE terreno que menciona, situado no Município de Boa Vista, no Território Federal de Roraima.

Relator: Sr. José Ermírio de Moraes.

Trata-se de proposição originária de iniciativa do Poder Executivo, consubstanciada na Mensagem número 271, de 24 de junho de 1961, elaborada com base na Exposição de Motivos nº 376-B, de 14 de junho do mesmo ano, do Ministério da Justiça e Negócios Interiores e que objetiva autorizar a doação ao IPASE de área urbana, em Boa Vista, no Território de Roraima, para construção de unidades habitacionais.

Na Câmara dos Deputados foi o projeto examinado pelas Comissões de Justiça, de Serviço Público, de Finanças, logrando sua redação final aprovação a 23 de março deste ano, com emenda que retificou a denominação do Território do Rio Branco para Roraima.

Nesta Casa do Congresso recebeu, na Comissão de Finanças, parecer favorável (nº 431, de 1966) vindo a esta Comissão em virtude da aprovação, a 10 de maio fluinte, do Requerimento nº 172 da mesma data.

Na conformidade das informações da Administração Territorial, transcritas na citada Exposição de Motivos do Ministério da Justiça e Negócios Interiores, a edificação do pequeno conjunto residencial já tinha sido realizada pelo IPASE, que se baseia na doação da área feita pelo Decreto Municipal nº 8, de 3 de abril de 1948.

Consequentemente, visa o Projeto regularizar situação de fato sendo louvável a iniciativa e merecedora de plena aprovação.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 26 de maio de 1966. — Pedro Ludovico, Presidente-Eventual — José Ermírio, Relator — Atílio Fontana — Adolpho Franco.

Pareceres ns. 541 e 542, de 1966

PARECER Nº 541, DE 1966

Da Comissão de Finanças, sobre o Projeto de Lei da Câmara nº 74, de 1966 (nº 3.394-B-61, na Câmara), que autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério da Agricultura, o crédito especial de Cr\$ 25.000.000 (vinte e cinco milhões de cruzeiros), para atender a despesas da Caixa de Crédito da Pesca.

Relator: Sr. Vitorino Freire.

O projeto é originário de Mensagem do Poder Executivo, datada de 1º de agosto de 1961, e veio acompanhada de Exposição de Motivos do Ministro da Agricultura ao Senhor Presidente da República, com as razões justificadoras da solicitação de recursos de que trata.

O crédito de Cr\$ 25.000.000 (vinte e cinco milhões de cruzeiros), ora solicitado, destina-se ao atendimento das "despesas com a recuperação da fábrica de gelo e frigorífico" da Caixa de Crédito da Pesca.

Cabe observar que o projeto já é antigo e esse fator tempo, no presente caso, tem pelo menos duas significações que não podem ser desprezadas, ao examinarmos a matéria. A primeira delas é que não mais está na Presidência da República aquela que a

EXPEDIENTE

DEPARTAMENTO DE IMPRENSA NACIONAL

DIRETOR-GERAL

ALEERTO DE BRITO PEREIRA

CHEFE DO SERVIÇO DE PUBLICAÇÕES

MURILO FERREIRA ALVES

CHEFE DA SEÇÃO DE REDAÇÃO

FLORIANO GUIMARÃES

DIÁRIO DO CONGRESSO NACIONAL

SEÇÃO II

Impresso nas oficinas do Departamento de Imprensa Nacional

BRASÍLIA

ASSINATURAS

REPARTIÇÕES E PARTICULARES

Capital e Interior	
Semestre	Cr\$ 50,00
Ano	Cr\$ 96,00
Exterior	
Ano	Cr\$ 136,00

FUNCIONARIOS

Capital e Interior	
Semestre	Cr\$ 39,00
Ano	Cr\$ 76,00
Exterior	
Ano	Cr\$ 108,00

— Excetuadas as para o exterior, que serão sempre anuais, as assinaturas poder-se-ão tomar, em qualquer época, por seis meses ou um ano.

— A fim de possibilitar a remessa de valores acompanhados de esclarecimentos quanto à sua aplicação, solicitamos dêem preferência à remessa por meio de cheque ou vale postal, emitidos a favor do Tesoureiro do Departamento de Imprensa Nacional.

— Os suplementos às edições dos órgãos oficiais serão fornecidos aos assinantes somente mediante solicitação.

— O custo do número atrasado será acrescido de Cr\$ 0,10 e, por exercício decorrido, cobrar-se-ão mais Cr\$ 0,50.

ocupava em agosto de 1961 e que, como Presidente, assinou a Mensagem encaminhadora do projeto ao Legislativo. A mudança do Presidente significa também a alteração dos rumos da administração.

A segunda circunstância a levar em conta é que, tratando-se de um crédito especial para determinado fim, o quantitativo desse crédito foi por certo calculado em função dos objetivos reais a atender. Ora, acontece que, de 1961 a 1966, como ninguém ignora, foi enorme a perda de substância sofrida pela moeda do País e isso implica, obviamente, na desatualização de quaisquer orçamentos feitos à base dos preços de 1961.

Embora a aprovação do projeto na Câmara tenha ocorrido a 19.4.66, nada encontramos entre os elementos que integram seu "dossier", relativamente a qualquer pronunciamento do Poder Executivo posterior à Mensagem inicial, ressaltando a conveniência ou urgência do crédito em questão.

O Relator da matéria na Comissão de Finanças da Câmara disse, mesmo, em 8.8.63, que, ao dar parecer favorável à aprovação do projeto, valeu-se apenas de "informação do ex-titular da pasta da Agricultura, de que a obra é de natureza urgente e de interesse público, pois, nenhum outro esclarecimento sobre a matéria foi prestado ao Congresso Nacional."

Isso não basta, achamos. É preciso, em nosso entender, que esta Comissão seja informada da atual dimensão do problema, cuja solução motivou o pedido do crédito especial em tela.

Propomos, assim, tendo em vista o exposto, a audiência do Ministro da Agricultura sobre o assunto. Só depois desse pronunciamento nos sen-

tiremos seguros para emitir o parecer conclusivo.

Sala das Comissões, em 11 de maio de 1966. — Pessoa de Queiroz, Presidente — Vitorino Freire, Relator — Wilson Gonçalves — Manoel Villaga — Gay da Fonseca — Bezerra Neto — Eugênio Barros — José Leite.

PARECER Nº 542, DE 1966

Da Comissão de Agricultura, sobre o Projeto de Lei da Câmara nº 74, de 1966 (nº 3.394-B-61, na Câmara), que autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério da Agricultura, o crédito especial de Cr\$ 25.000.000 (vinte e cinco milhões de cruzeiros), para atender a despesas da Caixa de Crédito da Pesca.

Relator: Sr. José Ermírio de Moraes

É a proposição originária da Mensagem nº 386, de 1 de agosto de 1961, do Presidente da República e tinha, quando foi elaborada, a finalidade de prover recursos financeiros que permitissem a Caixa de Crédito da Pesca promover a recuperação de sua fábrica de gelo e do frigorífico do Entrepósito Federal de Pesca do Rio de Janeiro, no Estado da Guanabara.

Recebeu o Projeto, na Câmara dos Deputados, pareceres favoráveis das Comissões de Orçamento e Fiscalização Financeira e da Comissão de Finanças, tendo sido a sua redação final aprovada em 15 de abril último.

Nesta Casa, ao examinar a matéria, a Comissão de Finanças lembrou, em boa hora, que a Administração Federal sofrera, após o pedido de crédito de que trata o Projeto, alterações na sua direção e, por via de consequência, mudanças inevitáveis nos seus rumos e programas.

No caso cabe considerar, demais disso, que a própria estrutura administrativa do Ministério da Agricul-

tura passou por reformas radicais e partir do advento das Leis Delegadas números 9, 10 e 11, todas de 11 de outubro de 1963 e atos regulamentares subsequentes.

Com efeito, nos termos da Lei Delegada nº 10, foi criada a Superintendência do Desenvolvimento da Pesca e determinada a extinção da Caixa de Crédito da Pesca, passando, consoante o art. 1º desse estatuto legal, o seu patrimônio para o novo órgão, exceto a parte que fôsse, na conformidade do parágrafo único desse dispositivo, transferida à Companhia Brasileira de Armazenamento, de acordo, também, com a expressa determinação contida na Lei Delegada nº 7, de 26 de setembro de 1962.

Não bastassem referidas normas legais supervenientes, que decretaram a extinção do órgão para o qual pretendia o Projeto fornecer recursos financeiros, vale assinalar que a legislação em causa (Lei Delegada nº 10, de 1963) estabeleceu, no seu art. 10, fontes substanciais de recursos, capazes de satisfazer, plenamente, às necessidades da Superintendência do Desenvolvimento da Pesca SUDEPE, que assumiu as atribuições da Caixa de Crédito da Pesca, merecendo referência além das taxas de serviços que prestar e dos saldos dos recursos dos órgãos cujos serviços lhe foram transferidos, nada menos de 10% (dez por cento) do Fundo Federal Agropecuário.

Diante do exposto é inelutável a conclusão de que o Projeto perdeu, completamente, seu objetivo.

Opinamos, por isso, pelo seu arquivamento.

Sala das Comissões, em 26 de maio de 1966. — Pedro Ludovico, Presidente, eventual — José Ermírio, Relator — Atílio Fontana — Adolpho Franco.

Parecer nº 543, de 1966

Da Comissão de Finanças, sobre o Projeto de Lei nº 107, de 1966 (nº 3.578-B-66 — na Câmara), que estabelece isenção do imposto do selo, para os atos em que forem partes os órgãos definidos no nº IV, art. 8º, da Lei nº 4.380, de 21 de agosto de 1964, e as Caixas Econômicas Federais, em suas operações imobiliárias.

Relator: Sr. Senador José Leite

O Senhor Presidente da República, com a Mensagem nº 120 de 30 de março de 1966, enviou à consideração do Congresso Nacional projeto de lei pelo qual é autorizada a isenção do imposto do selo, nas operações imobiliárias em que forem partes os órgãos definidos no nº IV, art. 8º, da Lei nº 4.380, de 21 de agosto de 1964, e as Caixas Econômicas Federais, visando, sobretudo, a possibilitar aos menos favorecidos a aquisição de casa própria pelo mais baixo custo.

A Exposição de Motivos do Sr. Ministro da Fazenda nos dá as razões que determinaram e justificam a adoção da medida.

Trata-se, evidentemente, de um tipo de isenção que irá beneficiar aqueles que mais precisam da ajuda governamental, sem maiores consequências para o erário.

Ante o exposto, tendo ainda presente o alto fim social a que se propõe, somos pela aprovação do Projeto.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 27 de maio de 1966. — Menezes Pimentel, Presidente. — José Leite, Relator. — Adolpho Franco. — Lopes da Costa. — Vitorino Freire. — Bezerra Neto. — Lobão da Silveira. — Wilson Gonçalves.

O SR. PRESIDENTE:

(Cátete Pinheiro) — Está finda a leitura do expediente. (Pausa)

Sobre a mesa projeto de resolução que vai ser lido pelo Sr. 1º Secretário.

E' lido o seguinte

Projeto de Resolução Nº 29, de 1966

Altera disposição regimental.

Art. 1º. A letra b do art. 341 do Regimento Interno passa a vigorar com a seguinte redação:

Art. 341.

b) quando se tratar de chefe de missão diplomática, de Ministros, Juizes e outras autoridades que, por disposição constitucional ou legal, o Senado deva se manifestar, a Comissão convocará o indicado para ouvi-lo, em local, dia e hora que designar, sobre assuntos pertinentes ao desempenho das funções do cargo que deverá ocupar, salvo em se tratando de diplomata em exercício no estrangeiro, caso em que a convocação dependerá de deliberação da Comissão, a requerimento de qualquer de seus membros.

Justificação

A Constituição Federal prescreve que o Senado Federal aprovará, mediante voto secreto, a escolha de magistrados, nos casos previstos no mesmo diploma, do Procurador Geral da República, dos Ministros do Tribunal de Contas, do Prefeito do Distrito Federal, dos membros do Conselho de Economia e dos chefes das missões diplomáticas de caráter permanente (art. 63, I).

Leis posteriores ampliaram a competência privativa do Senado, levando-o a deliberar a respeito da escolha dos membros do Conselho da Casa da Moeda, do Banco Central da República, do Conselho Superior das Caimas Econômicas e do Banco Nacional de Habitação, e, talvez, dos Juizes Federais e Juizes Substitutos, na primeira nomeação, conforme projeto aprovado pelo Congresso Nacional.

E' indispensável que os Senadores tenham conhecimento pessoal dos candidatos indicados, não bastando o *curriculum vitae* para informá-los dos pressupostos intelectuais, culturais e morais de cada um deles.

A responsabilidade maior, afinal, é do Senado, quando a nomeação de pessoas incompatibilizadas com o exercício das funções de cargos de nível na Federação.

E' indispensável que todos tenham consciência plena da deliberação adotada, informando-se plena e profundamente das condições personalíssimas dos indicados.

O Regimento obriga o comparecimento dos diplomatas, na Comissão, que são funcionários e exercem cargos de relevo e responsabilidade, de carreira, salvo os admitidos, em caráter excepcional, estranhos aos quadros do Itamarati (art. 341, b).

E' justo e aconselhável que a medida se estenda, obrigatoriamente, a todos aqueles que, indicados para exercerem cargos de indiscutível responsabilidade, e que, por determinação legal, dependem, também, de aprovação do Senado.

Diz-se a que Ministros do Supremo Tribunal Federal e do Tribunal Federal de Recursos não devem ser submetidos a inquirição ou a indagações na Comissão de Constituição e Justiça, em oposição a reforma pretendida, considerando-se a categoria dos cargos que exercerão. No entanto, o argumento justificará o zelo do Senado, de contrapartida, por isso que, considerada a categoria do cargo e os pressupostos de reputação libal e de notável saber jurídico (Constituição, arts. 99 e 103), deverão eles, mais do que os outros, cumprirem a determinação constitucional, que é restritiva, exigindo do indicado condições especiais e especificamente de-

terminadas para o exercício das funções do cargo.

Nem o Senado se disporia a constranger ou humilhar candidatos indicados pelo Presidente da República, cujo zelo na escolha seria redobrado, afastando-se a possibilidade de solicitações em favor daqueles que estivessem despreparados para o exercício do cargo. Deve ser presumido o critério e bom senso dos Senadores, assim como deve ser considerado que o indicado preenche os requisitos da Constituição.

Demais disso, o voto do Senador deve ser conscientemente proferido, e só o conhecimento pessoal do indicado poderá permitir decisões justas sem quaisquer considerações de ordem política ou partidária.

Sala das Sessões, em 30 de maio de 1966. — Senador Jefferson de Aguiar.

O SR. PRESIDENTE:

(Cattete Pinheiro) — O projeto lido será publicado e, em seguida, ficará sobre a mesa durante três sessões, a fim de receber emendas.

O SR. PRESIDENTE:

(Cattete Pinheiro) — Há oradores inscritos.

Tem a palavra o nobre Senador Valdo Lima. (Pausa)

Não está presente.

Tem a palavra o nobre Senador Atílio Fontana.

O SR. ATÍLIO FONTANA:

(Sem revisão do orador) — Sr. Presidente e Srs. Senadores, o problema municipalista, de longa data, vem preocupando os homens públicos de nosso País. Assim, foi que se organizou a Associação Brasileira dos Municípios que congrega a maioria dos municípios brasileiros.

O problema municipalista é, realmente, muito sério. Todos nos sabemos que a célula *mater* da administração pública reside na administração municipal que, em todos os recantos da nossa Pátria, é representada por homens escolhidos pelo eleitorado que os conhece de perto, sabendo, portanto, quais os que reúnem melhores condições para bem servir aos interesses municipais.

Dai por que entendemos nós, — e assim o entende a maioria dos homens públicos — que tudo que possa beneficiar a administração municipal redundará também em benefício da coletividade e, podemos dizer mesmo da nacionalidade.

Mas, Sr. Presidente, verifica-se, de alguns anos a esta parte, que, muito embora se tenha legislado, reiteradamente, para beneficiar as administrações municipais, esses benefícios não chegam, como deviam, até os Municípios.

A Constituição de 1946, no seu art. 15, atribui parte do imposto de renda a ser restituído aos Municípios, enquanto o art. 20, se refere à diferença da arrecadação entre o Estado e o Município, retornando a este 30% da importância arrecadada a mais pelo Estado.

Posteriormente, outra emenda à Constituição determinou que também uma parcela do imposto de consumo fosse restituída aos Municípios. Tudo isso, porém, Sr. Presidente, não tem sido observado. Não tem chegado às administrações municipais o devido tempo aquela parcela que lhe toca; geralmente chega com muito atraso. Verificamos, ainda agora, que só recentemente o Ministério da Fazenda pagou a cota de 1963. Já estamos em meados de 1966 e os municípios não receberam nenhum montante correspondente a 1965. E os governos estaduais, que se encontram realmente em dificuldade financeira, com

deficit, atrasam ainda mais os pagamentos das quotas-partes.

Ainda há pouco estava em Curitiba, quando um prefeito no Estado do Paraná nos declarava que tinha recebido, naquela ocasião, a quota-parte correspondente a 1962. Portanto, estavam em atraso 1963, 1964 e 1965, que deveriam ser pagos no corrente exercício.

De sorte que temos recebido reduzidas solicitações dos prefeitos, principalmente de Santa Catarina, a que tenho a honra de pertencer. Agora mesmo, encontra-se na tribuna de convidados o Sr. Prefeito de uma das cidades do meu Estado, a de Matos Costa. Tendo chegado a esta capital ele nos expôs as dificuldades que está enfrentando devido ao retardo dessas distribuições.

A administração municipal contava, nos primeiros meses de cada exercício Sr. Presidente, com o imposto territorial rural que, de acordo com a lei que criou o Instituto de Reforma Agrária, passou a ter a arrecadação atribuída àquele Instituto.

Na ocasião, procuramos expor nosso pensamento de que devemos deixar aos Municípios a arrecadação desse imposto. Infelizmente, fomos vencidos. Diziam nossos pares que havia necessidade de modificação, porque em muitos municípios o imposto não estava sendo arrecadado devidamente.

Agora, o que verificamos, Sr. Presidente, é que o Instituto Brasileiro de Reforma Agrária, muito embora já tenha sido regulamentado a lei através do Decreto nº 56.792, de 26 de agosto de 1965, não conseguiu ainda fazer a arrecadação desses impostos. Alegrou para os prefeitos municipais dizendo que permitia, no ano de 1965, a arrecadação pelas prefeituras, mas, em 1966, ela deveria ser feita pelo Instituto de Reforma Agrária.

O Sr. Bezerra Neto — Permite-me V. Exa. um aparte?

O SR. ATÍLIO FONTANA — Pois não.

O Sr. Bezerra Neto — O Instituto Brasileiro de Reforma Agrária foi regulamentado dez meses depois da promulgação da lei que o criou. O exercício de 1965 já estava quase no final e as prefeituras esperando. Agora, em 1966, a situação vai-se agravar mais, porque o Imposto Territorial não ficou só na dependência do IBRA. A Emenda Constitucional nº 18 anuncia a remessa ao Congresso de projetos de lei complementares sobre a distribuição dos tributos, embora sejam para os municípios.

O SR. ATÍLIO FONTANA — Muito grato pelo aparte, que é contribuição e esclarecimento importante.

Realmente, consideramos que o Instituto de Reforma Agrária não tem condições para fazer a cobrança do tributo do Imposto Territorial Rural, isto porque existem poucas coletorias federais e, das poucas que existem, uma parte não está provida de funcionários, porque algumas delas, depois de muitos anos com falta de funcionários, cerraram suas portas e não estão funcionando.

Pode o Instituto, pensar em fazer esta arrecadação através de Bancos, que realmente existem em maior número que coletorias. Entretanto, esses mesmos estão localizados nas sedes dos municípios do interior. Nos distritos infelizmente não existem organizações bancárias.

Sabemos que alguns municípios têm extensão territorial muito grande. Antes da reforma o prefeito, independente ou o exator municipal é que faziam a arrecadação do imposto territorial rural. Constatamos que os municípios até agora não foram autorizados a fazer arrecadação do imposto.

O Instituto Brasileiro de Reforma Agrária não a está fazendo também, e a situação dos municípios, com o atraso de muitas cotas-partes e não podendo arrecadar o imposto, é de grande dificuldades.

Muitos não têm recursos para pagar os poucos funcionários e muito menos manter os serviços públicos, principalmente no que tange a estradas municipais, a escolas primárias mantidas pelos municípios e outros serviços. De sorte que, ao invés de melhorar, tudo que se tem feito para amparar as administrações municipais não tem chegado a bom termo. Sendo, conseqüentemente, necessária uma providência urgente, sugiro ao Presidente do Instituto Brasileiro de Reforma Agrária que autorize, pelo menos para o corrente exercício, às administrações municipais, a arrecadação do imposto territorial rural para que possam satisfazer aos compromissos mais urgentes, entre eles o pagamento do funcionalismo.

O Sr. Bezerra Neto — V. Exa. me permite?

O SR. ATÍLIO FONTANA — Com muito prazer.

O Sr. Bezerra Neto — Não existe outra solução para o problema. Estamos atingindo o término do primeiro semestre de 1966 e o IBRA ainda não apresenta sequer uma medida concreta; está na mesma situação em que se encontrava em 1965. As Câmaras Municipais e as Prefeituras, através de mensagens, dirigem-se ao Congresso Nacional para pleitear uma medida. No momento, na Câmara dos Deputados, em nome de várias prefeituras de São Paulo, o Deputado Lacôrte Vitale levantou esta tese. V. Exa. tem, assim, o apoio de todo o Senado. A meu ver, a única solução seria o IBRA delegar poderes de cobrança às prefeituras municipais.

O SR. ATÍLIO FONTANA — Estou de pleno acordo com V. Exa., nobre Senador Bezerra Neto. V. Exa. tem demonstrado muito interesse no sentido de que uma boa solução seja encontrada. Já tem mesmo feito uso da palavra, nesse Plenário, sobre o assunto. Temos satisfação em saber que os Srs. Deputados também estão no momento tratando do problema. Esperamos, assim, que o Presidente do IBRA atenda a tão justa reivindicação e que encontre a verdadeira solução.

Fui prefeito, Sr. Presidente, sei que o contribuinte do interior, em geral, concorda em pagar aquele tributo porque reconhece que o mesmo é aplicado em seu próprio benefício.

Sem os recursos necessários as administrações municipais não podem conservar as suas estradas, geralmente mais extensas que as estaduais e federais.

O Sr. José Ermirio — Permite V. Exa. uma aparte?

O SR. ATÍLIO FONTANA — Com prazer.

O Sr. José Ermirio — No ano passado, o IBRA somente delegou poderes quase no fim do ano, causando, com isto, grande transtorno às administrações municipais. Será que este ano pretende fazer a mesma coisa, uma vez que ainda não está organizado? V. Exa., como membro da ABRA, deveria apelar para o Congresso, para que os municípios não sofram novamente situação tão angustiante.

O SR. ATÍLIO FONTANA — Muito grato pelo aparte, nobre Senador José Ermirio.

Há poucos dias tivemos notícia, através de um emissário nosso, no Rio de Janeiro — porque o IBRA funciona no Rio, como, de resto, quase todas as repartições federais — de

que, dentro de 60 dias, o IBRA estaria em condições de iniciar a cobrança do imposto territorial rural. Esta tarefa, sabemos, não é fácil. Como ainda não está organizado para fazer a cobrança, entendo que a melhor solução seria a de que este ano, fiquem as administrações municipais autorizadas ao recolhimento daquele tributo.

No próximo dia 2 de junho realizaremos, em Brasília, o 8º Encontro Nacional dos Municípios. Entre outros assuntos de interesse municipalista, deverá certamente ser tratado o do imposto territorial rural. Que neste encontro seja recomendado ao Governo que determine que o IBRA autorize a cobrança do imposto municipal. Será uma medida muito acertada. Porque, sem o amparo do governo da União, do governo dos Estados, não poderemos pretender um desenvolvimento mais rápido da nossa hinterlândia, tão distante da Capital da República e até mesmo da capital dos Estados! Devemos levar a sério a questão municipalista, mormente quando verificamos que, em países como os Estados Unidos da América do Norte, aos Municípios é destinada a maior parcela da receita da Nação. No Brasil, infelizmente essa parcela não atinge sequer a dez por cento. Como então pretender desenvolver aqueles rincões da nossa Pátria, tão distante, onde não existem estradas federais ou municipais, onde raramente se encontra uma escola?!

Para que tenham realmente uma boa administração é preciso levar aos Municípios recursos para que possam entrar numa fase de desenvolvimento, de progresso de que tanto necessitam.

Assim, Senhor Presidente, esperamos que estas nossas palavras cheguem ao conhecimento do Presidente do Instituto Brasileiro de Reforma Agrária, a fim de que esta situação seja solucionada com urgência, para que aqueles que estão dispostos a pagar os seus tributos o possam fazer sem que fiquem na dependência de organizações que certamente retardam a tramitação dos processos.

Era o que desejava dizer, Senhor Presidente. (Muito bem. Muito bem.)

O SR. PRESIDENTE:

(Cattete Pinheiro) — Tem a palavra o nobre Senador João Abrahão. (Pausa.)

Não está presente.

Não há mais oradores inscritos.

Está encerrada a hora do expediente.

COMPARECEM MAIS OS SENHORES SENADORES:

Josephat Marinho
Filinto Müller

O SR. PRESIDENTE:

(Cattete Pinheiro) — Passa a

ORDEM DO DIA

Item 1:

Discussão, em turno único, da redação final, oferecida pela Comissão de Redação, em seu Parecer nº 532, de 1966, do Projeto de Lei da Câmara nº 137, de 1965 (nº 1.642-B-64, na Casa de origem), que dispõe sobre o pagamento de vencimentos e vantagens pecuniárias a servidores públicos civis, assegurados por sentenças concessivas de mandados de segurança e dá outras providências.

Em discussão a redação final.

Se nenhum dos Srs. Senadores de- sejar fazer uso da palavra, encerrarei a discussão. (Pausa.)

Está encerrada.

Não havendo emendas, nem requerimentos para que a redação final seja submetida a votos, é a mesma dada como definitivamente aprovada, independente de votação, nos termos do Art. 316-A, do Regimento Interno.

O projeto irá à sanção.

E a seguinte a redação final aprovada:

PARECER Nº 532, DE 1966

Da Comissão de Redação

Redação final do Projeto de Lei da Câmara nº 137, de 1965 (nº 1.642-B, de 1964, na Casa de origem).

Relator: Sr. Eurico Rezende

A Comissão apresenta a redação final do Projeto de Lei da Câmara número 137, de 1965 (nº 1.642-B-64, na Casa de origem), que dispõe sobre o pagamento de vencimentos e vantagens pecuniárias asseguradas, em sentença concessiva de mandado de segurança, a servidor público civil.

Sala das Sessões, em 25 de maio de 1966. — Lino de Mattos, Presidente — Eurico Rezende, Relator — Bezerra Neto.

ANEXO AO PARECER Nº 532, DE 1966.

Redação final do Projeto de Lei da Câmara nº 137, de 1965 (número 1.642-B-64, na Casa de origem), que dispõe sobre o pagamento de vencimentos e vantagens pecuniárias asseguradas, em sentença concessiva de mandado de segurança, a servidor público civil.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º. O pagamento de vencimentos e vantagens pecuniárias asseguradas, em sentença concessiva de mandado de segurança, a servidor público federal, da administração direta ou autárquica, e a servidor público estadual e municipal, somente será efetuado relativamente às prestações que se vencerem a contar da data do ajuizamento da inicial.

§ 1º. Havendo crédito, a efetivação do pagamento se fará em folha do mês subsequente ao em que a autoridade coatora tiver ciência da decisão (art. 11 da Lei nº 1.533, de 31 de dezembro de 1951).

§ 2º. Na falta de crédito, a autoridade coatora ou a repartição responsável pelo cumprimento da decisão encaminhará, de imediato, a quem de direito, o pedido de suprimento de recursos, de acordo com as normas em vigor.

§ 3º. A sentença que implicar em pagamento de atrasados será objeto dessa parte, de liquidação por cálculo (arts. 906 a 908 do Código de Processo Civil), procedendo-se, em seguida, de acordo com o art. 204 da Constituição Federal.

§ 4º. Não se concederá medida liminar para efeito de pagamento de vencimentos e vantagens pecuniárias.

Art. 2º. A autoridade administrativa ou judiciária que ordenar a execução de pagamento com violação das normas constantes do artigo anterior incorrerá nas sanções do artigo 315 do Código Penal e pena acessória correspondente.

Art. 3º. A autoridade que deixar de cumprir o disposto no § 2º do artigo 1º incorrerá nas sanções do artigo 317, § 2º, do Código Penal e pena acessória correspondente.

Art. 4º. Para os efeitos da presente lei, aplica-se às autarquias o procedimento disposto no art. 234 e seu parágrafo único da Constituição Federal.

Art. 5º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

O SR. PRESIDENTE:

(Cattete Pinheiro) — Passa-se ao Item 2:

Discussão, em turno suplementar (Art. 275-A, do Regimento Interno), do substitutivo do Senado ao Projeto de Lei da Câmara nº 231, de 1965 (número 1.473-B-63, na Casa de origem), que aplica às telefonistas o disposto no art. 227 e seus parágrafos da Consolidação das Leis do Trabalho, tendo parecer nº 531, de 1966, da Comissão de Redação, com a redação do vencido.

Em discussão o substitutivo, em seu turno suplementar. (Pausa.)

Não havendo quem peça a palavra, encerro a discussão.

Não tendo havido emendas, nem requerimento no sentido de que o substitutivo seja submetido a votos, é o mesmo dado como definitivamente aprovado, independente de votação, nos termos do artigo 275-A, § 5º, do Regimento Interno.

O projeto voltará à Câmara dos Deputados. Para acompanhar o estudo dos Deputados o substitutivo é designado o Senhor Senador Eugênio de Barros, relator da matéria na Comissão de Legislação Social.

E a seguinte o substitutivo aprovado:

PARECER Nº 531, DE 1966

Da Comissão de Redação

Redação do vencido, para turno suplementar, do substitutivo do Senado ao Projeto de Lei da Câmara nº 231, de 1965 (nº 1.473-B-63, na Casa de origem), que aplica às telefonistas o disposto no artigo 227 e seus parágrafos da Consolidação das Leis do Trabalho.

Relator: Sr. Eurico Rezende.

A Comissão apresenta a redação do vencido, para turno suplementar, do substitutivo do Senado ao Projeto de Lei da Câmara número 231 de 1965 (número 1.473-B-63, na Casa de origem), que aplica às telefonistas o disposto no artigo 227 e seus parágrafos da Consolidação das Leis do Trabalho.

Sala das Sessões, em 25 de maio de 1966. — Lino de Mattos, Presidente. — Eurico Rezende, Relator. — Bezerra Neto.

ANEXO AO PARECER Nº 531, DE 1966

Redação do vencido, para turno suplementar, do substitutivo do Senado ao Projeto de Lei da Câmara número 231, de 1965 (nº 1.473-B-63, na Casa de origem), que aplica às telefonistas o disposto no artigo 227 e seus parágrafos da Consolidação das Leis do Trabalho.

Substitua-se o projeto pelo seguinte:

Altera o artigo 227 da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovado pelo Decreto-Lei número 5.452, de 1º de maio de 1943.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º O artigo 227 da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei número 5.452, de 1º de maio de 1943, é acrescido do seguinte parágrafo:

“§ 3º O disposto neste artigo aplica-se a todos os telefonistas, inclusive aos que trabalham em empresas que explorem serviços diferentes dos nele previstos”.

Art. 2º É proibida a redução salarial, qualquer que seja, em virtude da aplicação do disposto nesta lei.

Art. 3º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

O SR. PRESIDENTE:

(Cattete Pinheiro) — Passa-se ao item 3:

Discussão, em turno único, da redação final, oferecida pela Comissão de Redação, em seu Parecer número 539, de 1966, da emenda do Senado ao Projeto de Lei da Câmara número 269, de 1965 (número 1.560-B-65, na Casa de origem), que cria o “Prêmio Nacional Adriano da Costa Ramalho”, e dá outras providências.

Em discussão a redação final. (Pausa.)

Não havendo quem peça a palavra, encerro a discussão.

Não tendo havido emendas, nem requerimento no sentido de que a redação final seja submetida a votos, é a mesma dada como definitivamente aprovada, independente de votação, nos termos do artigo 316-A, do Regimento Interno.

O projeto voltará à Câmara dos Deputados. Para acompanhar o estudo da emenda na outra Casa do Congresso é designado o Senhor Senador Padre Calazans, relator da matéria na Comissão de Relações Exteriores.

E a seguinte a redação final aprovada:

PARECER Nº 539, DE 1966

Da Comissão Diretora

Redação final da emenda do Senado ao Projeto de Lei da Câmara número 269, de 1965 (nº 1.560-B-65, na Casa de origem).

Relator: Bezerra Neto

A Comissão apresenta a redação final da emenda do Senado ao Projeto de Lei da Câmara nº 269, de 1965, (número 1.560-B-65, na Câmara), que cria o “Prêmio Nacional Adriano da Costa Ramalho”, e dá outras providências.

Sala das Sessões, em 27 de maio de 1966. — Eurico Rezende, Presidente — Bezerra Neto, Relator — Edmundo Levi.

ANEXO AO PARECER Nº 539 DE 1966

Redação final da emenda do Senado ao Projeto de Lei da Câmara número 269, de 1965 (número 1.560-B-65, na Casa de origem), que cria o “Prêmio Nacional Adriano da Costa Ramalho”, e dá outras providências.

EMENDA Nº 1

(Corresponde à Emenda nº 1—CRE)

Art. 3º

Acrescente-se, onde couber:

“... pelo Presidente da Comissão de Relações Exteriores do Senado Federal, ...”

O SR. PRESIDENTE:

(Cattete Pinheiro) — Passa-se ao item 4:

Discussão em turno único, da redação final, oferecida pela Comissão de Redação, em seu Parecer número 537, de 1966, das emendas do Senado ao Projeto de Lei da Câmara número 87, de 1966, (número 3.500-C-66, na Casa de origem) que introduz modificações na legislação, pertinente ao Plano Nacional de Habitação.

Em discussão a redação final. (Pausa.)

Não havendo quem peça a palavra, encerro a discussão.

Não tendo havido emendas, nem requerimentos no sentido de que a reda-

ção final seja submetida a votos, é a mesma dada como definitivamente aprovada, independente de votação, nos termos do Artigo 316-A, do Regimento Interno.

O projeto voltará à Câmara dos Deputados.

Para acompanhar, na outra Casa do Congresso, o estudo das emendas do Senado, é designado o Senhor Senador Jefferson de Aguiar, relator da matéria na Comissão de Finanças.

É a seguinte a redação final aprovada:

PARECER Nº 537, DE 1966

Da Comissão de Redação

Redação final das emendas do Senado ao Projeto de Lei da Câmara nº 87, de 1966 (número 3.500-C-66, na Casa de origem).

Relator: Sr. Bezerra Neto.

A Comissão apresenta a redação final das emendas do Senado ao Projeto de Lei da Câmara número 87, de 1966 (número 3.500-C-66, na Casa de origem), que introduz modificações na legislação pertinente ao Plano Nacional de Habitação.

Sala das Sessões, em 27 de maio de 1966. — Eurico Rezende, Presidente — Bezerra Neto, Relator — Edmundo Leiri.

ANEXO AO PARECER Nº 537, DE 1966

Redação final das emendas do Senado ao Projeto de Lei da Câmara nº 87, de 1966 (número 3.500-C-66, na Casa de origem), que introduz modificações na legislação pertinente ao Plano Nacional de Habitação.

EMENDA Nº 1

(Corresponde à Emenda nº 1 — CCJ)

Ao "Caput" do art. 1º.

"Art. 1º. O artigo 61 da Lei número 4.380, de 21 de agosto de 1964, passa a vigorar acrescido dos seguintes parágrafos:"

EMENDA Nº 2

(Corresponde à Emenda nº 2 — CCJ3)

Ao "Caput" do art. 2º

Dê-se a seguinte redação:

"Art. 2º. O art. 30 da Lei nº 4.864, de 29 de novembro de 1965, passa a vigorar com a seguinte redação:"

Dê-se a seguinte redação:

Ao art. 30, § 1º.

Ao § 1º do artigo 30 da Lei número 4.864, de 29 de novembro de 1965, modificado pelo art. 2º do projeto, dê-se a seguinte redação:

"Art. 30 —

§ 1º Incorrerá nas penalidades previstas no Estatuto dos Funcionários Públicos Civis da União o funcionário ou autoridade que, por ação ou omissão, não exercer as funções do seu cargo, não cumprir o disposto neste artigo".

EMENDA Nº 3

(Corresponde à subemenda à Emenda nº 1, de Plenário, e a desistência de expressões)

Ao art. 2º

No artigo 30 da Lei número 4.864, de 29 de novembro de 1965, cuja redação é alterada pelo artigo 2º do projeto, acrescente-se o seguinte parágrafo:

"Art. 30.

§ — As unidades habitacionais cujos ocupantes hajam optado pela sua compra ou venham a fazê-lo até 90 (noventa) dias da data da publicação desta lei são isentas de correção monetária referida neste artigo, desde que tenham as mesmas sofrido reavaliação no preço do custo da construção".

EMENDA Nº 4

(Corresponde à Emenda nº 3 — CCJ)

Ao art. 3º "caput"

Dê-se a seguinte redação:

"Art. 3º O artigo 35 da Lei número 4.864, de 29 de novembro de 1965, passa a vigorar acrescido do seguinte parágrafo:"

EMENDA Nº 5

(Corresponde à Emenda nº 4, de Plenário)

Acrescente-se, onde couber:

"Art. O artigo 9º da Lei número 4.380, de 21 de agosto de 1964 passa a vigorar acrescido do seguinte parágrafo:

"Art. 9º

§ — São canceladas, e consequentemente devem ser arquivadas pela autoridade judiciária competente, as ações de despejo movidas por Instituto de Aposentadoria e Pensões contra instituições hospitalares, de assistência social ou de ensino, desde que não motivadas por falta de pagamento do aluguel convencionado".

EMENDA Nº 6

(Corresponde à Emenda nº 2, de Plenário, com subemenda da CCJ).

Inclua-se, onde couber:

"Art. — Os §§ 1º e 3º do artigo 65 da Lei número 4.380, de 21 de agosto de 1964, passam a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 65.

§ 1º Os Institutos de Aposentadoria e Pensões, as Autarquias em geral, as Fundações e as Sociedades de Economia Mista, inclusive a Petrobrás S. A. e o Banco do Brasil S.A., efetuarão, no prazo máximo de 12 (doze) meses, a venda de seus conjuntos e unidades residenciais, em consonância com o sistema financeiro de habitação de que trata esta lei, de acordo com as instruções expedidas, no prazo de 90 (noventa) dias, conjuntamente, pelo Banco Nacional de Habitação e o Departamento Nacional de Previdência Social.

§ 3º Os órgãos referidos no § 1º deste artigo que possuam unidades residenciais em Brasília, conjuntamente com a Caixa Econômica Federal de Brasília, submeterão à aprovação do Presidente da República, por intermédio do Ministro do Planejamento e Coordenação Econômica, no prazo de 90 (noventa) dias, sugestões e normas, em consonância com o sistema financeiro da habitação, referentes à sua alienação".

O SR. PRESIDENTE:

(Cattete Pinheiro) — Passa-se ao item 5:

Discussão, em turno único, da redação final, oferecida pela Comissão de Redação em seu Parecer nº 538, de 1966, das emendas do Senado ao Projeto de Lei da Câmara número 103 de 1966 (número 3.580-B-66, na Casa de origem), que cria o Fundo de Fiscalização das Telecomunicações, e dá outras providências.

Em discussão a redação final. Se nenhum dos Srs. Senadores de-seja fazer uso da palavra, encerrarei a discussão. (Pausa)

Está encerrada.

Não havendo emendas, nem requerimentos para que a redação final seja submetida a votos, é a mesma dada como definitivamente aprovada, independente de votação, nos termos dos art. 316-A do Regimento Interno.

O projeto voltará à Câmara dos Deputados. Para acompanhar o estudo das emendas do Senado na outra Casa é designado o Senhor Senador

Manoel Vilça, relator da matéria na Comissão de Finanças

É a seguinte a redação final aprovada:

PARECER Nº 538, DE 1966

Da Comissão de Redação

Redação final das emendas do Senado ao Projeto de Lei da Câmara nº 103, de 1966 (nº 3.580-B-66, na Casa de origem).

Relator: Sr. Bezerra Neto

A Comissão apresenta a redação final das emendas do Senado ao Projeto de Lei da Câmara nº 103, de 1966 (nº 3.580-B-66, na Casa de origem), que cria o Fundo de Fiscalização das Telecomunicações, e dá outras providências.

Sala das Sessões, em 27 de maio de 1966. — Eurico Rezende, Presidente — Bezerra Neto, Relator — Edmundo Leiri.

ANEXO AO PARECER Nº 538, DE 1966

Redação final das emendas do Senado ao Projeto de Lei da Câmara nº 103, de 1966 (nº 3.580-B-66, na Casa de origem), que cria o Fundo de Fiscalização das Telecomunicações, e dá outras providências.

EMENDA Nº 1

(Corresponde à Emenda nº 1 de Plenário)

Ao art. 6º

Acrescente-se o seguinte parágrafo: 1º As taxas instituídas por esta Lei absorvem e substituem todas e quaisquer outras federais, e, salvo quando a empresa de telecomunicações operar, apenas, dentro do Estado ou do Município, excluem, ainda, a cobrança de taxas ou contribuições, estaduais ou municipais, para a formação de fundos de qualquer natureza ou a título de fiscalização, diretamente, às concessionárias ou permissionárias, ou indiretamente, aos usuários ou promitentes usuários."

EMENDA Nº 2

(Corresponde à Emenda nº 2 de Plenário)

Ao art. 7º

Acrescente-se o seguinte parágrafo que será o 2º:

"§ 2º Para efeito da incidência das taxas contidas na tabela que acompanha esta Lei, não são considerados "estação" o simples posto público de serviço telefônico ou telegráfico, radiotelefonico ou radiotelegráfico, as mesas distribuidoras de tráfego urbano ou as agências receptoras ou distribuidoras de mensagem do usuário, e para ele, e cuja efetiva transmissão deva ser feita ou manipulada por um conjunto de equipamentos e instalações necessários aos efetivos serviços de telecomunicações."

EMENDA Nº 3

(Corresponde às Emendas nºs 3 e 4, de Plenário)

As Disposições Gerais

Acrescente-se onde couber:

"Art. Compete, exclusivamente, ao Conselho Nacional de Telecomunicações (CONTEL), com supressão de qualquer outra, a fiscalização dos serviços de telecomunicações, desde sua implantação e ampliação até seu efetivo funcionamento, resguardada a competência estadual ou municipal quando sejam estritamente regionais ou locais e não interligados a outros Estados ou Municípios."

"Art. As concessionárias ou permissionárias de serviços de telecomunicações que, para a instalação ou funcionamento de seus equipamentos, tiverem tido ou tenham a orientação e assistência de empresa fabricante ou

instaladora, através de profissionais habilitados na forma do Decreto número 23.569, de 11 de dezembro de 1933, não são obrigadas a contratar ou a manter encarregados da parte técnica, não se lhes aplicando o disposto no art. 8º do referido decreto."

O SR. PRESIDENTE:

(Cattete Pinheiro) — Está esgotada a matéria da Ordem do Dia. Não há oradores inscritos.

O SR. AURÉLIO VIANA:

Peço a palavra, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE:

(Cattete Pinheiro) — Com a palavra o Sr. Senador Aurélio Viana.

O SR. AURÉLIO VIANA:

(Sem revisão do orador) — Senhor Presidente, fui dos parlamentares que se manifestaram, e com veemência, contra uma figura esdrúxula que surgiu nos últimos tempos e foi batizada com o nome de "distritão".

Tentata-se confundir o povo por todos os meios e por todos os modos a fim de que não possa escolher livremente, dentro do sistema proporcional, os candidatos à composição do Congresso — no caso vertente, específico, a Câmara dos Senhores Deputados.

Argumentei, naquela época, que o voto, vinculado não se entenda num país em que os Partidos haviam sido eliminados. Há duas organizações políticas cujo fim é certo, cujo destruição automática tem prazo praticamente determinado, depois do que surgirão os novos Partidos políticos para a composição do sistema democrático brasileiro

Ora, a figura do "distritão", que estabelece eleição majoritária para a Câmara dos Srs. Deputados, é um absurdo; atenta contra o sistema proporcional, contra as organizações políticas existentes e as organizações político-partidárias que surgirão das cinzas daquelas existentes.

Hoje, leio em "O Blobo" uma crítica ao "distritão" que, segundo esse jornal, interessa apenas aos que temem não ser reeleitos em novembro. Não concordo, por inteiro, com os termos do artigo, nem os espócio, nos comentários que faz de crítica ao denominado "distritão", mas há trechos, há períodos que aceito como válidos, porquanto servem de análise à situação atual brasileira. (Lendo):

"Desejam evitar a renovação, mas é de renovação que o Congresso mais necessita. Pois no correr dos últimos quatro anos não conseguiu mostrar qual a sua ideologia ou tendência maior. Girou ao sabor dos acontecimentos, emprestando maioria ao Senhor João Goulart, delegando-lhe poderes ao legislar, da mesma forma como agora apoia o Presidente Castelo Branco e concorda com a edição dos Ato. Aceitou serenamente o expurgo de vários de seus membros e a limitação seus próprios poderes."

Noutas palavras: revela esse trecho, de saudosíssima memória, que foi João Mangabeira, quando afirmava, peremptoriamente, que a crise política do Brasil é a dos seus partidos políticos que — dizia — ele — são mais partilhas e partidas do que propriamente partidos.

Sr. Presidente, cada presidente que surge tem apoio da maioria do Congresso. Vem sendo esta a nossa História. Raros, raríssimos sofrem, frontal e conhecidamente, restrições e combate da maioria dos parlamentares.

Renovar é princípio básico da democracia. O continuismo, em qualquer dos setores, só prejuízos traz ao sistema democrático de governo. O continuismo parlamentar é algo de in-

compreensível em qualquer sistema democrático. Uma câmara que autoriza os seus mandatos ou que prorroga os mandatos dos seus componentes, *sponte sua* ou forçadamente, mutila-se e dá um golpe de misericórdia na democracia. E fala-se hoje, abertamente, na prorrogação dos mandatos dos parlamentares como um meio de salvação da denominada revolução brasileira!

Lá que um Deputado, dos mais prestigiosos, em entrevista concedida à imprensa, advogara a tese da prorrogação dos mandatos dos atuais parlamentares — o que ainda seria pior do que o "distritão".

O "distritão" fere o princípio proporcional; elimina, em última análise, os partidos políticos; tira-lhes substância popular; suprime a figura dos líderes, dos seus componentes de prestígio no meio do povo. É um partido, em obtendo menor votação, poderia ter uma representação muito maior no Congresso do que aquele que obtivesse a maioria dos sufrágios populares.

O "distritão" é um crime de lesa-democracia; revela desespero, incompreensão da problemática nacional; fere princípios e fere aquele grande princípio da escolha popular pelo fortalecimento dos partidos, através da maior a dos votos que recebessem.

Há este outro trecho: (Lendo):

"Está caracterizado com toda a evidência que o distritão representa apenas uma subfórmula encontrada para evitar a derrota fragorosa de grande número de candidatos à reeleição parlamentar."

Se a voto vinculado atenta contra o direito do povo, que não pertencendo a um partido nenhum deseja votar nos candidatos deste ou daquele outro que representem as suas aspirações — e sabe-se que, em qualquer país democrático, a maioria do povo é apertado e é essa maioria de votantes que decide, em última análise, o sorte dos candidatos e dos próprios partidos — o "distritão" é o absurdo por excelência e tem origem misteriosa.

O Sr. Atilio Fontana — Permite V. Exa. uma aparte?

O SR. AURELIO VIANA — Com grande prazer.

O Sr. Atilio Fontana — Nobre Senador, V. Exa. diz que o "distritão", o voto majoritário é um absurdo. Não sou um homem, vamos dizer, muito estudioso dessa matéria, mas — devo confessar — fiquei surpreendido quando verifiquei, nas últimas eleições para Deputados estaduais e federais, em 1962, que, em meu Estado um candidato com 22.000 votos, em números redondos, não foi eleito, e um outro com 12.000 se elegeu, está aí na Câmara. Deveríamos, nobre Senador, encontrar uma fórmula para que não houvesse também essas injustiças, porque me parece que aquele que tem 22 mil votos deveria merecer uma cadeira na Câmara dos Deputados e, não, ser preferido em favor de candidato com 12 mil votos.

O SR. AURELIO VIANA — Ainda acrescento a V. Exa.: há deputados na Câmara que obtiveram menos de mil votos, no caso vertente com a cassação de mandatos, com cuja cassação V. Exa. estará de acordo, se seje a linha do Governo, e estará contra se, neste caso, diverge do Governo.

Em outras eleições, porém, deputados com 400 votos foram eleitos, sem cassação alguma. Dou-lhe mais este argumento — não apenas deputados de 22 mil não são eleitos quando Deputados de 12 mil o são.

Mas V. Exa. deve compreender, homem inteligente que é, ...

O Sr. Atilio Fontana — Muita bondade de V. Exa.

O SR. AURELIO VIANA — Não é bondade, é a verdade. Ninguém chega à posição a que V. Exa. chegou sem ser inteligente.

Mas, nobre Senador, V. Exa. deve compreender que 12 mil, 22 mil, 50 ou 100 mil votos não devem servir de argumentos para defesa da tese do "distritão".

Explico: no sistema proporcional o que se pretende é valorizar, é dar força ao Partido. Quando um elemento de doze mil votos, de um certo Partido, é eleito, e aquele de 24 mil votos de outro partido não o é, explica-se perfeitamente: é que aquele partido que teve um elemento com 24 mil votos não obteve sufrágios do povo que lhe dessem força para alcançar nem mesmo o cociente partidário. Aquela partido que teve um elemento de 12 mil votos eleito foi um partido que teve um cociente partidário tão alto cuja soma de votos proporcionou a eleição de tantos parlamentares, e um dos tantos parlamentares é aquele de 12 mil votos, que vai representar o partido em nome do povo.

Então imagine V. Exa. o absurdo. Um partido tem um grande líder. Esse partido obtém numa votação, por exemplo, na Guanabara — uma votação; o partido, que é a soma dos votos de seus candidatos registrados; isso é o partido, eleitoralmente falando — obtém o partido digamos, 300 mil sufrágios. Mas, dentre os elementos do partido, há um que obteve 250 mil votos. É o líder natural do partido, é o homem de grande prestígio popular. Quem votou nele votou nele e votou no partido. Escolheu-o, para dar uma demonstração de que ele deve continuar como líder ou deve ser o líder natural daquela corrente.

Outro partido obteve 250 mil votos. Mas, dentre certos candidatos desse partido, uns tiveram 50 mil votos, outros 20 mil, outros 10 mil, outro 2 mil. Acontece o seguinte: o primeiro mais votado do Partido que obteve maioria dos votos, até 250 mil estaria eleito. Mas se 50 mil votos, divididos pelos restantes dos candidatos daquele Partido, não desse a nenhum deles mais de 10 mil votos, poderia acontecer então — isto é que é um absurdo — o Partido que obteve maioria de votos elege sete, digamos fosse oito, e o Partido que obteve maioria elege um. Então o Partido estaria liquidado, completamente liquidado. Ora, num sistema em que se pretende eleição majoritária para renovação do Congresso, iria acontecer justamente isto. É uma faca bixúna, pois corta de um lado e de outro. Na Guanabara, por exemplo, o candidato de um Partido obteve quase 300 mil votos; depois dele, o que obteve mais obteve 30 mil votos.

Então, aquele homem que estava naquele Partido — e quer votou nele, votou naquele Partido — estaria eleito pelo sistema majoritário. Mas os seus companheiros, que foram indicados pelo Partido à consideração do eleitorado, perderiam. E aquele outro Partido, que pode ter obtido 200 mil votos distribuídos mais ou menos equitativamente, teria eleito a maioria da representação. Do povo? Não, absolutamente! Pois, o "distritão" o que pretende é isto.

V. Exa. que sempre defendeu o partido, então deve compreender que o "distritão" vem anular a vida partidária num país com uma área territorial da brasileira.

O Sr. Atilio Fontana — V. Exa. concede mais um aparte?

O SR. AURELIO VIANA — Duzentos, que V. Exa. queira. É um prazer ouvir V. Exa.

O Sr. Atilio Fontana — Muito obrigado. Nobre Senador, eu realmente não sou favorável ao voto majoritário, ao "distritão", assim chamado. O meu ponto de vista é o de que de-

viamos adotar o sistema da Alemanha Ocidental: 50% dos candidatos escolhidos pelo distrito, e os outros 50% por uma lista que, naturalmente, seria votada, como já foi comentado, pelo sistema proporcional. Mas V. Exa. há pouco condenou a vinculação do voto.

O SR. AURELIO VIANA — Não! Para que V. Exa. dê o aparte obedecendo o meu pensamento...

O Sr. Atilio Fontana — Com referência ao "distritão", meu ponto de vista seria realmente este, e não propriamente o voto majoritário. Concorro com V. Exa., portanto, muito embora se verifique a situação de que um representante vem para o Congresso com mil ou dois mil votos, como V. Exa. citou, ficando outro, às vezes do mesmo Estado, com mais de 20 mil votos, sem participação no Congresso. Isto não me parece justo.

O SR. AURELIO VIANA — Pelos motivos que expus.

O Sr. Atilio Fontana — Mas, no caso do voto vinculado, há o mesmo problema. Porque, se o voto vinculado, força o eleitor a votar no candidato de sua preferência e elege outro candidato à Assembleia Legislativa ou, vice-versa, à Câmara dos Deputados, que não é o de sua preferência, o mesmo sucede com aquele partido que tem um líder, que leva uma grande votação e que, por conseguinte, faz com que o cidadão, votando nesse líder, eleja outro candidato que talvez não seja o da sua preferência. É o caso da Guanabara. Nós tivemos ocasião de verificar que um candidato, tendo obtido uma grande votação, fez com que entrassem para a Câmara dos Deputados outros candidatos que tiveram votação inexpressiva. Foram, portanto, eleitos, por votação indireta, aqueles que não eram os preferidos.

O SR. AURELIO VIANA — Senador Atilio Fontana, V. Exa. compreende que quando o eleitor — falô em tese — está votando num dos candidatos do partido, pela propaganda mesma que se faz, ele sabe que está votando, concomitantemente, para eleger os outros.

O Sr. Atilio Fontana — É o caso do voto vinculado.

O SR. AURELIO VIANA — Não! Com licença de V. Exa., é diferente. Há um caso muito interessante, na Guanabara, que está servindo de ponto de referência: a votação do PTB, nas eleições anteriores àquelas a que nos referimos, quando Leonel Brizola obteve a grande votação de quase 300 mil votos, foi mais ou menos a mesma votação que obteve o PTB quando Leonel Brizola foi candidato. É uma coisa interessante. Não houve uma grande diferença. O argumento de V. Exa. seria válido, *data venia*, se a lei determinasse — e seria isso impossível numa votação secreta — que o voto vinculado seria para um membro do partido. Então, o membro do Partido Social Democrático teria que votar na chapa do partido para deputado federal, num elemento do Partido Social Democrático. Isto admitindo-se para argumento que o Partido existisse atualmente. E, para deputado estadual, num elemento do mesmo partido. Votar para deputado estadual num elemento de outro partido e para deputado federal num elemento do seu partido. Mas, obrigá-lo a votar sem partido, a votar partidariamente, inclusive quando não existe partido? Sim, mesmo existindo dois partidos, como é que me vai obrigar, a mim que não pertencerei a nenhum dos dois, a votar num deles? Então, aí tenho o direito de escolher; só existindo dois partidos, então voto para deputado federal do MDB e para deputado estadual da ARENA. Não pertencerei a nenhum dos

dois. Não sou obrigado, por lei, a pertencer. A lei não me obriga a pertencer. Se a lei dissesse — por absurdo — que todo eleitor era obrigado a pertencer a um dos dois grupos políticos organizados no Brasil, seria um absurdo! Mas, se ele pertence a um ou outro, tem obrigação de votar no seu Partido, no candidato de seu Partido, quer para Deputado Federal, quer para Senador, quer para Deputado estadual, quer para Vereador. Exceto para Governador de Estado e para Presidente da República porque o povo não pode votar nem para Governador de Estado nem para Presidente da República...

Note V. Exa. que não surgiu por acaso o voto proporcional. Ele foi fruto de profundas meditações. E verifique V. Exa. ainda aí, que não há razão nos argumentos que acaba de apresentar. Há dois absurdos: voto vinculado, quando não existem Partidos, nem dois, nem um, nem três, nem quatro, nem cinco. Porque, o Ato Institucional é de clareza meridiana — existem duas organizações provisórias que funcionam como se fossem Partidos mas Partidos não são com o fim específico de se realizarem eleições. E, por isso mesmo, há elementos que não concordam com a ARENA, mas nela estão, e há elementos parlamentares que não concordam com o MDB, mas estão lá, apenas. A escolha foi feita do seguinte modo: quem é do Governo? Então vai para a ARENA! Quem é da Oposição? Então vai para o MDB. Mas há elementos na ARENA que não concordam com a filosofia da ARENA, mesmo porque não há filosofia nem coisa nenhuma; e há elementos que não concordam com a filosofia do MDB e foram para o MDB, e também não há filosofia no MDB. Foram dois grupos híbridos que se congregaram, um para combater o Governo e outro para defender o Governo, e vão disputar eleições assim.

Quero declarar que havia elementos na Oposição também favoráveis ao voto vinculado e foram esses elementos que deram a vitória ao Governo, no veto. Esta é a verdade. E mesmo assim o veto foi mantido com grande dificuldade por apenas quatro votos, o que revelou que a maioria do Congresso Nacional não foi sensível ao voto vinculado, pois ele vai causar uma confusão enorme, uma confusão diabólica nas próximas eleições. Muita gente não vai saber votar não se vai conformar. Em muitos municípios em que o Deputado Estadual que recebeu uma grande votação foi o PSD, e que agora está na ARENA, e o Deputado Federal por aquele município que foi do PSD, e que agora está no MDB, o eleitor que quiser votar nos dois — porque o espírito do PSD ainda está de cima — ficará em dificuldades, não sabe o que fazer, não sabe como se conduzir.

Então esse tipo de voto veio ferir, inclusive, o direito de escolha o direito de liberdade do eleitor, independente o de eleitor partidário, que sempre votou em quem quis e como quis.

O Sr. Atilio Fontana — Aí por que seria interessante o voto distrital.

O SR. AURELIO VIANA — Essa é outra questão, mas não se fala mais no voto distrital, porque o voto distrital não convinha. Então inventaram a figura esdrúxula do voto do "distritão".

Continua "O Globo":

"Uma pretensão egoísta de quem, em última análise, não quer perder o emprego..."

Não chego a tanto.

"... a expressão do medo, nunca o aprimoramento natural do sistema eleitoral"

Plenamente de apoio.

"Tanto que surgiu apenas quando se patenteou a perspectiva de derrota para ao menos 60% dos atuais parlamentares, conforme revelam estatísticas que, por prudência, são conservadas à margem das informações sobre a excelência do sistema distrital peculiar que sugerem."

Muito bem. "O Globo" revelou que elementos da ARENA, como do M.D.B., já se mobilizam contra esse tipo de voto. De há muito que estou nesta área. Já proferi discurso, da tribuna do Senado, contra o voto denominado "distritão", pelos motivos que expus e que exponho, e folgo de ler, hoje, que há jornais que se opõem a essa modificação, a essa alteração no processo de escolha dos candidatos em nosso País.

Sr. Presidente, refere-se o "O Globo" — e aqui termino: "à conquista da Revolução de 1930". Para mim, a maior conquista da Revolução de 1930 foi o voto secreto.

(Londo:)

"A Revolução de 30 objetivava a verdade eleitoral, e suas conquistas maiores foram o voto secreto e o sistema proporcional de votação. O "Distritão" extingue o sistema proporcional, transformando as eleições em pessoais. Suprime, na prática, a existência de legendas e partidos."

Para mim, é o ponto central da crítica, com a qual estou plenamente de acordo. Discordo de alguns conceitos expedidos para justificação da tese contrária ao "distritão".

Mas nesta frase, este pensamento, eu o considero lapidar. É aqui que está a questão. O "distritão" extingue o voto proporcional. Já destrói, hoje, a perspectiva da organização político-partidária no Brasil.

O Sr. Atilio Fontana — V. Ex.^a permite mais um aparte? (Assentimento do orador.) V. Ex.^a citou o sistema eleitoral da Grã-Bretanha. Parece-me que lá já existe o voto distrital.

O Sr. AURELIO VIANA — Existe o distrital, não o "distritão". O inglês é muito sábio. Pela sua cabeça jamais passaria esse tipo de voto.

O Sr. Atilio Fontana — Lamentavelmente, não foi aceito o voto distrital no nosso País.

O Sr. AURELIO VIANA — Mas V. Ex.^a sabe do grande problema que vem surgindo na Inglaterra, em virtude do estabelecimento do voto distrital majoritário em cada distrito para as eleições dos deputados. No início a confusão foi enorme, porque os distritos não tinham o mesmo número de eleitores. Então aconteceu, por diversas vezes, — creio que em duas particularmente — que ganhou o Partido Trabalhista, obtendo maioria de votos mas perdendo na composição da Câmara dos Comuns, onde obteve minoria. A maioria do povo inglês votou no Partido Trabalhista e ele obteve menor número de representantes que o Partido Conservador. Por quê? Porque naquele distrito industrial, por exemplo, havia 100 mil eleitores para escolha de um representante à Câmara dos Comuns; naquele outro distrito — lá nos confins da Inglaterra, um distrito perdido no mundo rural — havia 20 mil eleitores. O Partido Conservador elegia aquele representante. Então, o partido que obtivera 100 mil votos elegeu um, o partido que obtivera 20.000 elegeu um representante também, e como a soma dos pequenos distritos era maior que a soma dos grandes distritos, eleitoralmente falando, o partido obtinha maioria de votos e perdia as eleições.

O inglês tem lutado e vem lutando para retificar isso, porque os representantes do povo, mais que o repre-

sentante de distrito, o são do povo, pois é a soma dos votos que revela a vontade popular e o partido que obtém no país maioria de votos é o partido que deve ter maioria no Parlamento.

É tão lógico isso, é tão acadiano, é tão simples, mas no Brasil, nem mesmo os distritos pontificam. Esses mesmos políticos que advogam o "distritão" não querem nem mesmo a votação por distrito, porque o "distritão", digamos assim, é a votação de um distrito muito grande, que é o Estado. Apenas estabelece o voto majoritário — e de maneira meio incongruente, muito estranha — que elimina — repito — a perspectiva da existência de partidos políticos neste País.

Ora, Sr. Presidente, antevejo o momento em que, não somente um número maior de jornais condenará esse sistema mas, em explicando ao povo, órgãos expressivos da Imprensa — falada, escrita e televisada — passarão a condená-lo porque nocivo ao processo de instauração de uma democracia autêntica neste País, ou da restauração democrática das liberdades democráticas no Brasil.

ORDEM DO DIA

Sessão em 31 de maio de 1966

(TERÇA-FEIRA)

1

PROJETO DE EMENDA A CONSTITUIÇÃO Nº 4, DE 1965

Discussão, em primeiro turno (1º dia), do Projeto de Emenda à Constituição nº 4, de 1965, (nº 19-B-64 na Casa de origem), de iniciativa da Câmara dos Deputados, que altera a redação do artigo 199 da Constituição Federal, suprimindo-lhe parágrafo único (referente ao prazo para aplicação, no Plano de Valorização Econômica da Amazônia, de 3% sobre a renda tributária da União), tendo

Parecer Favorável, sob nº 523 de 1966, da Comissão Especial.

2

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 2, DE 1966

Discussão, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 2, de 1966 (nº 93-A-63 na Casa de origem) que autoriza o Tribunal de Contas da União a registrar termo de rescisão de contrato entre a Divisão de Obras do Ministério da Agricultura e a Cisa S.A. — Engenharia e Comércio, tendo

Pareceres favoráveis, sob nºs 460 e 461, de 1966 das Comissões: — de Constituição e Justiça e; — de Finanças.

2

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 17, DE 1966

Discussão, em turno único do Projeto de Decreto Legislativo nº 17, de 1966, originário da Câmara dos Deputados (nº 130-A-62 na Casa de origem), que determina o registro do termo assinado em 1º de fevereiro de 1959, de unificação, constituição, regularização e transferência de aforamento dos terrenos de marinha e acrescidos, situados na Avenida Brigadeiro Trompowsky, na cidade do Rio de Janeiro, Estado da Guanabara, outorgados pela União Federal, ao espólio de Joaquim Vieira Ferreira, tendo

Pareceres (ns. 512 e 513, de 1966) das Comissões — de Constituição e Justiça, favorável e — de Finanças, favorável, com votos em separado do Sr. Senador Domicio Gondim e vencido do Sr. Senador Adolfo Franco.

ATA DAS COMISSÕES

COMISSÃO DE AGRICULTURA

ATA DA 5ª REUNIÃO, REALIZADA NO DIA 26 DE MAIO DE 1966.

Aos vinte e seis dias do mês de maio do ano de mil novecentos e sessenta e seis, às dezessete horas e trinta minutos, na Sala de Reuniões da Comissão de Finanças do Senado Federal, sob a Presidência do Senhor Senador José Ermirio, Presidente, presentes os Senhores Senadores Atilio Fontana, Adolpho Franco e Pedro Ludovico, reúne-se, extraordinariamente, a Comissão de Agricultura.

Deixam de comparecer, com motivo justificado, os Senhores Senadores Eugênio Barros, José Feliciano, Lopes da Costa, Antônio Carlos e Argemiro de Figueiredo.

É dispensada a leitura da ata da reunião anterior que, aprovada, é assinada pelo Senhor Presidente.

Sr. Presidente, assim tenho exposto o nosso pensamento em torno de um dos mais transcendentais assuntos dos que vêm sendo focalizados e ventilados, nos últimos tempos, neste País.

Basta de tanta mutilação, basta de tanto fragmentar-se a Constituição, eliminando dela os seus grandes e imorredouros princípios, porque a letra pode ser mutilada, mas o espírito dela, o espírito das liberdades democráticas, dos grandes princípios democráticos, permanece para sempre. Aperfeiçoá-la, sim; destruí-la, jamais!

Sr. Presidente, contra o voto que eu desejo não passe, contra o princípio do "distritão", que desejo morra no nascedouro, é o nosso pensamento, é a nossa atitude.

Era só, Sr. Presidente (Muito bem! Muito bem!)

O SR. PRESIDENTE:

(Guido Mondin) — Nada mais havendo a tratar, vou declarar encerrada a sessão, anunciando para a amanhã a seguinte

data, a Presidência faz ciência à Comissão que, as medidas consubstanciadas no mencionado requerimento, serão tomadas enquanto a matéria se encontrar em plenário para cumprimento do preceituado no parecer preliminar aprovado por este órgão.

Em prosseguimento, o Senhor Presidente a fim de dar cumprimento ao preceito regimental passa a Presidência ao Senhor Senador Pedro Ludovico, para funcionar como relator das matérias constantes da pauta.

Com a palavra, o Senhor Senador José Ermirio relata as seguintes posições:

— favoravelmente, ao Projeto de Lei da Câmara nº 35, de 1966 (Projeto de Lei nº 3.101-B de 1961 — na Casa de Origem), que "autoriza o Poder Executivo a doar ao IPASE terreno que menciona, situado no Município de Bor Vista, no Território Federal de Roraima," e

— pelo arquivamento, o Projeto de Lei da Câmara nº 74, de 1966 (Projeto de Lei nº 3.394-B de 1961 — na Casa de origem), que "autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério da Agricultura, o crédito especial de Cr\$ 25.000.000 (vinte e cinco milhões de cruzeiros), para atender às despesas da Caixa de Crédito da Pesca".

Em votação, sem restrições, são os pareceres aprovados.

Reassumindo a Presidência, o Senhor Senador José Ermirio, Presidente, declara esgotada a matéria constante da pauta.

Nada mais havendo a tratar, às dezoito horas e quarenta minutos, o Senhor Presidente encerra a presente reunião e, para constar, eu, J. Ney Passos Dantas, Secretário da Comissão, lavrei a presente ata que, uma vez lida e aprovada, será pelo Senhor Presidente assinada.

COMISSÃO DE FINANÇAS

12ª REUNIÃO, REALIZADA EM 26 DE MAIO DE 1966.

As dezoito horas do dia vinte e seis de maio de mil novecentos e sessenta e seis, na Sala das Comissões, sob a presidência do Senhor Senador Menezes Pimentel, presentes os Senhores Senadores Lopes da Costa, Adolpho Franco, Victorino Freire, José Leite, Bezerra Neto, Lobão da Silveira e Wilson Gonçalves, reúne-se a Comissão de Finanças.

Deixam de comparecer os Senhores Senadores Sigefredo Pacheco, Irineu Bornhausen, Domicio Gondim, Manoel Villaza, Argemiro de Figueiredo, João Abrahão, Oscar Passos e Pessoa de Queiroz.

É dispensada a leitura da ata da reunião anterior e, em seguida, aprovada.

O Senhor Presidente concede a palavra ao Senhor Senador Adolpho Franco que emite os seguintes pareceres:

favorável ao Projeto de Lei da Câmara nº 12, de 1966, que altera o Quadro de Pessoal — Parte Permanente — da Universidade do Paraná e das outras providências; e

favorável ao Projeto de Lei da Câmara nº 76, de 1966, que inclui a Associação dos Servidores do Departamento Federal de Segurança Pública entre as entidades consignatárias de que trata o artigo 5º da Lei nº 1.046, de 2 de janeiro de 1950, que dispõe sobre a consignação em folha.

Submetido os pareceres à discussão e votação, são, sem restrições, aprovados pela Comissão.

Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião, lavrando eu, Hugo Rodrigues Figueiredo, Secretário da

Comissão, a presente ata que, uma vez aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente.

Republicado por haver saído com incorreções, no D. C. N. de 18 de maio de 1966, Seção II.

COMISSÃO DE PROMOÇÕES

A Comissão de Promoções, em reunião realizada em 22 do mês em curso, ao tomar conhecimento da existência de vagas nas carreiras da Portaria e de Motorista, organizou nos termos do artigo 98 da Resolução número 6, de 1960, as seguintes listas:

Vaga decorrente da aposentadoria de Roldão Pimentel Simas, Ajudante de Porteiro, PL-7:

De Auxiliar de Portaria, PL-8 a Ajudante de Porteiro, PL-7 — Critério — Merecimento.

1 — Arnaldo Gouveia Castelo Branco — Vindo de listas anteriores.

2 — Jorge Pinto de Alvarenga.

3 — José Jurandir de Vasconcellos — Vindo de lista anterior.

De Auxiliar de Portaria PL-9 a PL-8 — Enquadramento do excedente readaptado, em 25.11.64, Pedro Cidral Mansur, .

Vaga decorrente da aposentadoria de José de Freitas, Ajudante de Porteiro, PL-7:

De Auxiliar de Portaria, PL-8 a Ajudante de Porteiro, PL-7 — Critério — Antiquidade.

Cabe a Mário Mendes da Silva.

De Auxiliar de Portaria, PL-9 a PL-8 — Critério — Merecimento.

1 — Amphisio Santos.

2 — Benedito Afonso de Araújo —

Vindo de lista anterior.

3 — Sylvio José da Silva.

De Auxiliar de Portaria, PL-10 a PL-9 — Critério — Antiquidade.

Cabe a José Washington Chaves.

De Auxiliar de Limpeza, PL-11 a

Auxiliar de Portaria, PL-10 — Acesso

— Antiquidade — Provimto efetua-

do nos termos do art. 2º, § 1º da

Resolução nº 64, de 1964.

Cabe a Odélio Alves.

Vaga decorrente da aposentadoria de

Djalma Pereira Madruga, Porteiro

PL-6.

De Ajudante de Porteiro, PL-7 a

Porteiro, PL-6 — Critério — Mereci-

mento.

1 — Antônio da Costa Bernardo —

Vindo de lista anterior.

2 — José Manoel Gomes, .

3 — Mário Martins Neto.

De Auxiliar de Portaria, PL-8 a Ajudante de Porteiro, PL-7 — Critério — Merecimento.

Os que sobraem da lista correspondente a vaga de Roldão Pimentel Simas e mais Manoel Ribeiro Marins.

De Auxiliar de Portaria, PL-9 a PL-8 — Critério — Antiquidade.

Cabe a Sebastião Miguel da Silva.

De Auxiliar de Portaria, PL-10 a

PL-9 — Critério — Merecimento.

1 — José Gouveia (vindo de listas

anteriores).

2 — Moisés Júlio Pereira.

3 — Olívio Jacinto dos Santos.

De Auxiliar de Limpeza, PL-11 a

Auxiliar de Portaria, PL-10 — Acesso

— Antiquidade — Provimto efetua-

do nos termos do art. 2º, § 1º da Re-

solução nº 64, de 1964.

Cabe a Antônio Augusto de An-

drade.

Vaga decorrente da aposentadoria de

José Vieira dos Santos Filho, Au-

xiiliar de Portaria PL-9:

De Auxiliar de Portaria, PL-10 a

PL-9 — Critério — Antiquidade.

Cabe a José Moisés Maia.

De Auxiliar de Limpeza, PL-11 a Auxiliar de Portaria, PL-10 — Acesso — Merecimento — Provimto efetua-

do nos termos do artigo 2º, § 1º da Resolução nº 64-64.

1. Aroldo Lacerda Guimarães

2. Manoel Eduardo e Silva

3. Raimundo Barros da Silva

Vaga decorrente da nomeação de Cyr

Vieira Xavier, Motorista, PL-8, para

outro cargo.

De Motorista, PL-9 a PL-8 — Cri-

tério — Merecimento.

1. Antônio Augusto Felizola

2. Justino Lira Mendes

3. Wilson Palmieri Rodrigues

De Motorista, PL-10 a PL-9 — Cri-

tério — Antiquidade.

Cabe a Darcy Martins da Silva que,

embora possua o mesmo tempo na

classe, na carreira e no Senado, é

portador de maior tempo de serviço

público.

Secretaria do Senado Federal, em 25

de abril de 1966. — Evandro Mendes

Vianna, Presidente da Comissão de

Promoções.

MESA

Presidente — Moura Andrade
Vice-Presidente — Nogueira da Gama
1º Secretário — Dinarte Mariz
2º Secretário — Gilberto Marinho
3º Secretário — Barros Carvalho
4º Secretário — Cattete Pinheiro
1º Suplente — Joaquim Parente
2º Suplente — Guido Mondim
3º Suplente — Sebastião Archer
4º Suplente — Raul Giuberti

COMISSÃO DE AGRICULTURA

(7 MEMBROS)

COMPOSIÇÃO

Presidente: José Ermírio
Vice-Presidente: Eugênio Barros

ARENA

TITULARES

Eugênio Barros
José Feliciano
Lopes da Costa
Antônio Carlos
Júlio Leite

SUPLENTE

Vivaldo Lima
Atílio Fontana
Dix-Huit Rosado
Adolpho Franco
Zacarias de Assumpção

MDB

Argemiro de Figueiredo
José Ermírio

Nelson Maculan
Pedro Ludovico

Secretário: J. Ney Passos Dantas

Reuniões: Quartas-feiras, às 16:00 horas.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

(11 MEMBROS)

COMPOSIÇÃO

Presidente: Senador Milton Campos
Vice-Presidente: Senador Wilson Gonçalves

ARENA

TITULARES

Wilson Gonçalves
Jefferson de Aguiar
Afonso Arinos
Heribaldo Vieira
Eurico Rezende
Milton Campos
Gay da Fonseca

SUPLENTE

Filinto Müller
José Feliciano
Daniel Krieger
Menezes Pimentel
Benedicto Valadarez
Melo Braga
Vasconcelos Torres

MDB

Antônio Balbino
Arthur Virgílio
Bezerra Neto
Josaphat Marinho

Aarão Steinbruch
Adalberto Sena
Edmundo Levi
Aurelio Vianna

Secretaria: Maria Helena Bueno Brandão, Oficial Legislativo, PL-5.

Reuniões: 4ªs.-feiras, às 16 horas.

COMISSÃO DO DISTRITO FEDERAL

(7 MEMBROS)

COMPOSIÇÃO

Presidente: Silvestre Pericles
Vice-Presidente: Lopes da Costa

ARENA

TITULARES

Eurico Rezende
Heribaldo Vieira
Lopes da Costa
Melo Braga
José Guilomard

SUPLENTE

José Feliciano
Filinto Müller
Zacarias de Assumpção
Benedicto Valadarez
Vasconcelos Torres

MDB

Aurelio Vianna
Silvestre Pericles

Oscar Passos
Adalberto Sena

Secretário: Alexandre Mello

Reuniões: Terças-feiras, às 16 horas.

COMISSÃO DE ECONOMIA

(9 MEMBROS)

COMPOSIÇÃO

Presidente: Atílio Fontana
Vice-Presidente: Arthur Virgílio

ARENA

TITULARES

Atílio Fontana
Júlio Leite
José Feliciano
Adolpho Franco
Melo Braga
Domicio Gondim

SUPLENTE

Jefferson de Aguiar
José Leite
Sigefredo Pacheco
Zacharias de Assumpção
Dix-Huit Rosado
Gay da Fonseca

MDB

Nelson Maculan
Pedro Ludovico
Arthur Virgílio
Secretário: Cláudio Carlos Rodrigues Costa
Reuniões: Quartas-feiras às 15,30 horas

João Abrahão
Josaphat Marinho
José Ermírio

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO E CULTURA

(7 MEMBROS)

COMPOSIÇÃO

Presidente: Senador Menezes Pimentel
Vice-Presidente: Senador Padre Calazans

ARENA

TITULARES

Menezes Pimentel
Padre Calazans
Gay da Fonseca
Arnon de Melo
José Leite

SUPLENTE

Benedicto Valadarez
Afonso Arinos
Melo Braga
Sigefredo Pacheco
Antônio Carlos

MDB

Antônio Balbino
Josaphat Marinho
Secretário: Cláudio Carlos Rodrigues Costa
Reuniões: Quintas-feiras, às 15,30 horas

Arthur Virgílio
Edmundo Levi

COMISSÃO DE FINANÇAS

(15 MEMBROS)

COMPOSIÇÃO

Presidente: Senador Argemiro de Figueiredo
Vice-Presidente: Senador Irineu Bornhausen

ARENA

TITULARES

Victorino Freire
Lobão da Silveira
Sigefredo Pacheco
Wilson Gonçalves
Irineu Bornhausen
Adolpho Franco
José Leite
Domicio Gondim
Manoel Villaga
Lopes da Costa

SUPLENTE

Atílio Fontana
José Guilomard
Eugênio Barros
Menezes Pimentel
Antônio Carlos
Daniel Krieger
Júlio Leite
Gay da Fonseca
Melo Braga
Filinto Müller

MDB

Argemiro de Figueiredo
Bezerra Neto
João Abrahão
Oscar Passos
Pessoa de Queiroz

Edmundo Levi
Josaphat Marinho
José Ermírio
Lino de Mattos
Silvestre Pericles

Secretário: Hugo Rodrigues Figueiredo

Reuniões: Quartas-feiras às 10 horas.

COMISSÃO DE INDÚSTRIA E COMÉRCIO

(7 MEMBROS)

COMPOSIÇÃO

Presidente: Senador José Feliciano

Vice-Presidente: Senador Nelson Maculan

ARENA**TITULARES**

José Feliciano
Atílio Fontana
Adolpho Franco
Domicio Gondim
Irineu Bornhausen

SUPLENTE

Lobão da Silveira
Vivaldo Lima
Lopes da Costa
Eurico Rezende
Eugênio Barros

M D B

José Ermírio
Nelson Maculan

Aarão Steinbruch
Pessoa de Queiroz

Secretária: Maria Helena Buano Brandão — Of. Leg. PL-6.

Reuniões: Quintas-feiras, às 16 horas.

COMISSÃO DE LEGISLAÇÃO SOCIAL

(9 MEMBROS)

COMPOSIÇÃO

Presidente: Senador Vivaldo Lima

Vice-Presidente: Senador José Cândido

ARENA**TITULARES**

Vivaldo Lima
José Cândido
Eurico Rezende
Zacharias de Assunção
Atílio Fontana
Heribaldo Vieira

SUPLENTE

José Guilomard
José Leite
Lopes da Costa
Eugênio Barros
Lobão da Silveira
Manoel Villaga

M D B

Aarão Steinbruch
Edmundo Levi
Ruy Carneiro

Antônio Balbino
Aurélio Vianna
Bezerra Neto

Secretário: Cláudio I. C. Leal Neto.

Reuniões: Terças-feiras às quinze horas.

COMISSÃO DE MINAS E ENERGIA

(3 MEMBROS)

COMPOSIÇÃO

Presidente: Josaphat Marinho

Vice-Presidentes: Domicio Gondim

ARENA**TITULARES**

Domicio Gondim
Jefferson de Aguiar
Benedicto Valladares
José Leite
Lopes da Costa

SUPLENTE

Afonso Arinos
José Feliciano
José Cândido
Mello Braga
Filinto Müller

M D B

Josaphat Marinho
José Ermírio

Argemiro de Figueiredo
Nelson Maculan

Secretário: Cláudio I. C. Leal Neto.

Reuniões: Quartas-feiras, às quinze horas.

COMISSÃO DO POLÍGONO DAS SECAS

(7 MEMBROS)

COMPOSIÇÃO

Presidente: Senador Ruy Carneiro

Vice-Presidente: Senador Manoel Villaga.

ARENA**TITULARES**

Manoel Villaga
Sigefredo Pacheco
Heribaldo Vieira
Júlio Leite
Dix-Huit Rosado

SUPLENTE

Menezes Pimentel
José Leite
Lopes da Costa
Antônio Carlos
Domicio Gondim

M D B

Aurélio Vianna
Ruy Carneiro

Argemiro de Figueiredo
Pessoa de Queiroz

Secretário: Cláudio I. C. Leal Neto.

Reuniões: Quintas-feiras, às dezessete horas.

COMISSÃO DE PROJETOS DO EXECUTIVO

(9 MEMBROS)

COMPOSIÇÃO

Presidente: Senador Jefferson de Aguiar

Vice-Presidente: Senador Antônio Carlos

ARENA**TITULARES**

Jefferson de Aguiar
Wilson Gonçalves
Antônio Carlos
Gay da Fonseca
Eurico Rezende
José Guilomard

SUPLENTE

José Feliciano
Filinto Müller
Daniel Krieger
Adolpho Franco
Irineu Bornhausen
Rui Palmeira

M D B

Bezerra Neto
José Ermírio
Lino de Mattos

Antônio Balbino
Aurélio Vianna
Ruy Carneiro

Secretário: José Soares de Oliveira Filho.

Reuniões: Quartas-feiras, às 15 horas.

COMISSÃO DE REDAÇÃO

(5 MEMBROS)

COMPOSIÇÃO

Presidente: Senador Lino de Mattos

Vice-Presidente: Eurico Rezende

ARENA**TITULARES**

Antônio Carlos
Eurico Rezende
Vasconcelos Torres

SUPLENTE

Filinto Müller
José Feliciano
Dix-Huit Rosado

M D B

Bezerra Neto
Lino de Mattos

Edmundo Levi
Silvestre Fericles

Secretária: Sarah Abrahão

Reuniões: Quintas-feiras, às 14 horas.

COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES

(11 MEMBROS)

COMPOSIÇÃO

Presidente: Senador Benedicto Valladares

Vice-Presidente: Senador Pessoa de Queiroz

ARENA

TITULARES

Benedicto Valladares
Filinto Müller
Rui Palmeira
Vivaldo Lima
Antônio Carlos
Jose Cândido
Padre Calazans

SUPLENTE

José Guimard
Victorino Freire
Menezes Pimentel
Wilson Gonçalves
Irineu Bornhausen
Arnon de Melo
Heribaldo Vieira

M D B

Aarão Steinbruch
Aurélio Vianna
Oscar Passos
Pessoa de Queiroz

Argemiro de Figueiredo
João Abrahão
Nelson Maculan
Ruy Carneiro

Secretário: J. B. Castejon Branco.

Reuniões: Quartas-feiras às 16 horas.

COMISSÃO DE SAÚDE

(5 MEMBROS)

COMPOSIÇÃO

Presidente: Sigefredo Pacheco

Vice-Presidente: Manoel Villaga

ARENA

TITULARES

Sigefredo Pacheco
Miguel Couto
Manoel Villaga

SUPLENTE

Júlio Leite
Lopes da Costa
Eugênio de Barros

M D B

Adalberto Sena
Pedro Ludovico

Oscar Passos
Silvestre Péricles

Secretário: Alexandre Mello.

Reuniões: Terças-feiras, às 16 horas.

COMISSÃO DE SEGURANÇA NACIONAL

(7 MEMBROS)

COMPOSIÇÃO

Presidente: Senador Zacarias de Assumpção

Vice-Presidente: Senador Oscar Passos

ARENA

TITULARES

José Guimard
Victorino Freire
Zacarias de Assumpção
Irineu Bornhausen
Sigefredo Pacheco

SUPLENTE

Atílio Fontana
Dix-Huit Rosado
Adolpho Franco
Eurico Rezende
Manoel Villaga

M D B

Oscar Passos
Silvestre Péricles

Josaphat Marinho
Ruy Carneiro

Secretária: Carmelita de Souza.

Reuniões: Quartas-feiras às 16 horas.

COMISSÃO DE SERVIÇO PÚBLICO CIVIL

(7 MEMBROS)

COMPOSIÇÃO

Presidente: Senador Vasconcelos Tórres

Vice-Presidente: Senador Victorino Freire

ARENA

TITULARES

Vasconcelos Tórres
Victorino Freire
Mello Braga
Arnon de Melo
Sigefredo Pacheco

SUPLENTE

José Feliciano
Filinto Müller
Antônio Carlos
Miguel Couto
Manoel Villaga

M D B

Adalberto Sena
Nelson Maculan

Aurélio Vianna
Lino de Matos

Secretário: J. Ney Passos Dantas.

Reuniões: Terças-feiras, às 15 horas.

COMISSÃO DE TRANSPORTES, COMUNICAÇÕES E OBRAS PÚBLICAS

(5 MEMBROS)

COMPOSIÇÃO

Presidente: Dix-Huit Rosado

Vice-Presidente: João Abrahão

ARENA

TITULARES

José Leite
Arnon de Melo
Dix-Huit Rosado

SUPLENTE

Eugênio Barros
Jefferson de Aguiar
José Guimard

M D B

João Abrahão
Ruy Carneiro

Arthur Virgílio
Pedro Ludovico

Secretária: Carmelita de Souza.

Reuniões: Quintas-feiras, às 16 horas.

COMISSÃO DE VALORIZAÇÃO DA AMAZÔNIA

(5 MEMBROS)

COMPOSIÇÃO

Presidente: Edmundo Levi

Vice-Presidente: José Guimard

ARENA

TITULARES

José Guimard
Vivaldo Lima
Lopes da Costa

SUPLENTE

Filinto Müller
Zacarias de Assumpção
Lobão da Silveira

M D B

Edmundo Levi
Oscar Passos

Adalberto Sena
Arthur Virgílio

Secretária: Neuza Joanna Orlando Verissimo.

Reuniões: Terças-feiras, às 15 horas.